

**PROCESSO** - A. I. Nº 149269.0001/07-2  
**RECORRENTE** - FRUVELE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. (LEGUMES & CIA.)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JJF nº 0325-01/09  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 25/08/2010

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0231-12/10

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN, extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, consequentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário contra a Decisão da 1ª Junta de Julgamento Fiscal (1ª JJF) que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, o qual foi lavrado para cobrar ICMS e para impor multa por descumprimento de obrigação tributária acessória em razão de seis infrações, sendo que apenas as seguintes são objetos do presente Recurso:

- 1 Deixou de recolher ICMS, que foi apurado por meio de arbitramento da base de cálculo, em virtude da falta de apresentação ao fisco de documentação fiscal e contábil, após devidamente intimado, em relação ao exercício de 2004, sendo exigido imposto no valor de R\$1.262,71, acrescido da multa de 100%.
- 2 Deixou de fornecer arquivos magnéticos exigidos mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas, em relação aos meses de junho a dezembro de 2004 e de janeiro a agosto de 2005, sendo aplicada a multa de 1% sobre o valor das operações de saída e das prestações de serviço realizadas, totalizando R\$70.179,23, conforme demonstrativo anexo.
- 3 Deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação, destinadas ao ativo imobilizado do próprio estabelecimento, nos meses de julho, novembro e dezembro de 2002, julho a outubro de 2003, março de 2004, fevereiro a abril e agosto de 2005, exigindo imposto no valor de R\$21.176,40, acrescido da multa de 60%, conforme demonstrativo anexo.
- 4 Deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do estabelecimento, nos meses de outubro e dezembro de 2002, janeiro, maio, julho e dezembro de 2003, com exigência de ICMS no valor de R\$612,28, acrescido da multa de 60%, conforme demonstrativo anexo.

Inconformado com a Decisão proferida pela 1ª JJF, o contribuinte apresenta Recurso Voluntário, objetivando ver desconstituídas as infrações acima, as quais foram julgadas procedentes em primeira instância.

Ao se pronunciar nos autos, fls. 353 e 354, a ilustre representante da RCE/PROFIS sugeriu a conversão do processo em diligência, contudo essa sugestão não foi

Em Parecer às fls. 358 a 366, a ilustre representante da PGE/PROFIS opina pelo Não Provimento do Recurso Voluntário interposto.

Em 26/05/10, foi acostada ao processo uma petição, na qual o recorrente requer o pagamento integral do débito relativo ao Auto de Infração em tela, à vista e com o benefício da Lei nº 11.908/10.

Às fls. 369 a 371, foram acostados ao processo extratos do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (SIGAT), referentes ao pagamento do valor total cobrado no Auto de Infração em epígrafe.

## VOTO

De acordo com os documentos de fls. 368 e 369 a 371 dos autos, o recorrente reconheceu o débito indicado no presente Auto de Infração e efetuou o pagamento do valor total cobrado.

Dessa forma, o recorrente desistiu do Recurso Voluntário apresentado, tornando-o ineficaz, conforme previsto pelo artigo 122, inciso IV, do RPAF/BA. Em consequência, fica EXTINTO o processo administrativo fiscal, nos termos do artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional, e PREJUDICADO o Recurso Voluntário apresentado, devendo os autos ser remetidos à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 149269.0001/07-2, lavrado contra **FRUVELE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.**, devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de julho de 2010.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS